

A AQUISIÇÃO DA ESCRITA DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O SURDO

Mercia Cristina de Araújo Freitas (UFPB)

merciaeveraldo@ig.com.br

Soraya Gonçalves Celestino da Silva (UFPB)

sorayagsilva@gmail.com

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo discutir a importância do trabalho do ensino da língua portuguesa para a aprendizagem da língua escrita com L2 pelo aluno surdo, o que queremos trazer é uma discussão sobre alguns temas que circundam a aquisição de uma segunda língua por surdo num contexto escolar. Partindo da concepção de que a língua brasileira de sinais – LIBRAS é a língua materna (L1) para o surdo. Devendo o ensino da língua portuguesa ser norteado a partir da língua de sinais. Esta pesquisa está inserida nos estudos da linguagem na abordagem sócio interacionista de Bakhtin (2006) e pelas teorias de letramento de Soares (1997), Goldfeld (1997) e hoje Quadros (1997) afirma que a Libras é uma língua que possui estrutura própria e sua aquisição pelo surdo deve acontecer mais cedo possível, isso facilitará trocas comunicativas mais eficientes, que o capacitará para interagir na sociedade favorecendo-o na aprendizagem da L2. Como metodologia foi realizada uma pesquisa qualitativa que corresponde a entrevistas para coletar informações dos professores sobre o ensino da L2 e observação em sala de aula para verificação in loco dos recursos didáticos utilizados e observados para a aquisição da escrita na L2 e coletas das produções escritas dos alunos do 4º ano do Ensino Fundamental da rede pública da Escola Municipal Frei Guido no bairro da Mirueira em Paulista Pernambuco. Neste trabalho, além de relatarmos a experiência realizada, analisaremos a aquisição da escrita vivenciada pelos alunos surdos mediante o ensino da língua portuguesa como L1 e não como L2. Em se tratando do ensino de português para surdo (L2), qualquer que seja o nível de ensino, o desconhecimento de peculiaridades que o ensino dessa língua se reveste repercutirá na produção de textos escritos por eles. Contrapondo com o que garante as políticas públicas na educação desses alunos, visto que, a educação do surdo é bilíngue e se faz necessária a inserção desses alunos em contextos linguísticos e situações extralinguísticas para o desenvolvimento da escrita da L2.

Palavras-chave: Libras, Surdo, Escrita.

Introdução

A história da educação para surdo no Brasil não foi diferente do restante do mundo, vivenciou três filosofias educacionais: oralismo, comunicação total e bilinguismo.

Embora a língua de sinais tenha sido proibida e o oralismo determinado e estabelecido pelo Congresso de Milão, essa proibição não foi suficiente para extinguir o seu uso, e ela continuou a ser utilizada nas salas de aulas, corredores e pátios das escolas. O oralismo acarretou muitos problemas ao surdo nos aspectos emocionais, sociais e cognitivo e chegou-se à conclusão de que a oralização não possibilitava sua integração na comunidade ouvinte. A partir desta constatação, passaram-se a ser utilizados os diversos meios de comunicação e se estabeleceu uma nova filosofia chamada comunicação total; na qual foram utilizadas além do oralismo, prótese auditiva, gestos manuais, expressões faciais, alfabeto digitais, leitura labial, leitura escrita, e entre estes a Libras. No decorrer dos anos surge o bilinguismo como proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível, ao surdo, duas línguas: a Língua Brasileira de Sinais(Libras) e a Língua Portuguesa no contexto escolar.

Nas últimas décadas compreendeu-se que os surdos têm sua própria identidade, e o direito de comunicar-se em sua modalidade específica de linguagem a Libras, que foi reconhecida oficialmente com a publicação da LEI N° 10.436 de 24 de abril de 2002 que além de reconhecê-la garantiu o apoio ao seu uso e difusão, bem como prever seu ensino em concomitância com o da modalidade escrita da Língua Portuguesa não devendo, esta, ser substituída pela língua de sinais.

O presente trabalho está dividido em fundamentação teórica, na abordagem sócio interacionista de Bakhtin; as teorias do letramento; e a aquisição da escrita da língua portuguesa como segunda língua (L2) para o surdo.

No que diz respeito à parte da análise de dados, apresentamos trechos de entrevista com professores e textos produzidos pelos alunos surdos. Por fim, será exposta a conclusão do trabalho.

Constata-se que a criança surda, filha de pais ouvintes, em função do seu contexto social, chega a escola sem apresentar padrão linguístico, ou seja, não domina Libras e nem Língua Portuguesa. Na escola pesquisada o processo de letramento de crianças

surdas é baseado nos mesmos parâmetros aplicados a criança ouvinte. Os resultados desses processos evidenciam um aprendizado sem riqueza expressiva, acarretando uma compreensão limitada e uma produção mecanizada, ou seja, sem relações significativas.

Considerando esse contexto, a escola deve garantir em primeiro lugar, a aquisição da língua de sinais de forma natural e espontânea para o surdo, e a partir de então, pensar no processo de aquisição da língua portuguesa escrita, reconhecendo a importância da interação entre as duas línguas para a sua vida futura.

A relevância da Libras nesse processo, para todos os surdos efetiva-se em

todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que seja, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou de doutra esfera da atividade humana. (Bakhtin, 1986, 2006)

Para compreender o funcionamento da linguagem como fenômeno social e cultural somos obrigados a considerar o papel do contexto extra verbal na sua estruturação. De acordo com Bakhtin (1997) o contexto extraverbal comporta: “a) a extensão espacial comum aos interlocutores: b) o conhecimento e a compreensão comum da situação existente entre os interlocutores: c) a avaliação comum dessa situação”.

Goldfeld considera as ideias de Bakhtin em relação às crianças inseridas em comunidade e interagindo com seus membros que utilizam uma língua. Ela poderá empregar essa língua tanto para comunicação como para o desenvolvimento cognitivo, com a internalização dessa língua.

A linguagem é adquirida a partir da necessidade de comunicação e interação entre os indivíduos. Durante essas atividades estabelecidas entre todos, que estão ligados diretamente com a construção do sujeito que tem língua e cultura própria. A linguagem escrita ocupa lugar importante na sociedade no que se refere ao próprio contexto de leitura e escrita como também em suas práticas sociais. Para o surdo a Libras tem papel fundamental no processo de apropriação da língua portuguesa escrita.

Letramento na Educação do Surdo

Durante anos, a comunicação humana foi objeto de estudo da linguística, porém o interesse era apenas pela linguagem verbal. Nas últimas décadas, percebeu-se que os sinais não verbais assumiram grande importância nessa comunicação. A língua de sinais apresenta aspectos linguísticos, ou seja: nível fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático, que se aplicam a língua falada e se refere da mesma forma a modalidade visuoespacial. Segundo Karnopp, Klein (2005, p.31):

a linguística é o estudo científico das línguas naturais e humanas e as pesquisas realizadas nesta área incluem tanto as línguas orais quanto as línguas de sinais. [...] essa é a área que se preocupa com a natureza da linguagem e de comunicação humana, procurando desvendar a complexidade das línguas e diferentes formas de comunicação. A linguística busca resposta para problemas relacionados à linguagem, tais como: Qual a natureza da linguagem humana? Como a comunicação se constitui? Quais os princípios que determinam a habilidade dos seres humanos em produzir e compreender uma língua?

A linguagem e a sociedade estão interligadas. A linguagem é o meio pelo qual os seres humanos são capazes de transmitir e compartilhar informações. Ao pensarmos em comunicação para surdos é necessário considerar a socialização linguística dos mesmos em um ambiente que favoreça a aquisição de sua língua materna. A maior dificuldade é quando crianças surdas são filhas de pais ouvintes. Quadros alerta para essa dificuldade, segundo ela:

as crianças surdas filhas de pais surdos tem acesso a LIBRAS porque as crianças usam a mesma língua de seus pais. Além disso, não é somente usada com crianças porque os pais usam para se comunicar entre eles e com seus amigos. [...] Sem engano com as crianças surdas filhas de pais ouvintes a situação é completamente diferente. (QUADROS, 1997, p.80).

Alfabetizar letrando sem descuidar da especificidade do processo de alfabetização, é ensinar a criança a aprender. O aluno precisa entender a tecnologia da alfabetização, que é um sistema de convenções de bastante complexidade, a linguagem escrita exerce papel importante dentro da sociedade, e seu conhecimento vai além do próprio contexto. Soares afirma que:

letramento é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita e que, ao tornar-se letrado muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura (SOARES, 1998, P.36).

Neste sentido, entende-se que o letramento está ligado diretamente com a construção do sujeito, que será capaz de modificar sua realidade, transformar e desenvolver competência de leitura e escrita que possa ser usado em suas práticas sociais.

Neste contexto, o letramento na educação do surdo exerce papel semelhante, porém é um grande desafio, considerando que a aprendizagem da L2 não acontece naturalmente.

Svartholm (1998, p.9), colabora ao dizer, “entendo que a forma como ocorre o desenvolvimento linguístico e o conhecimento das condições para o sucesso na tarefa de adquirir linguagem devem ser os pontos de partida para qualquer pessoa responsável pela educação de surdos”.

Portanto, aprendizagem da leitura e escrita acontecerá efetivamente quando forem oportunizadas atividades que tenham significado, sejam interessantes, despertem a curiosidade e a motivação, dessa forma, o aluno será capaz de refletir sobre as informações escritas para interagir com o mundo.

Aquisição da escrita pelo surdo

Para Ferreira-Brito (1993), a língua de sinais deve ser garantida ao surdo como L1 sendo responsável pelo seu desenvolvimento linguístico, cognitivo, social. A língua portuguesa deverá ser ensinada com ênfase na escrita, considerando que o canal de aprendizagem do surdo é visual. Considera que a L1 se apoia em uma modalidade de língua espaço-visual que é, naturalmente, acessível às pessoas que não ouvem.

A autora sugere o bilinguismo como solução para a integração social e educação do surdo brasileiro.

O *Bilingüismo*, mesmo que atingido parcialmente, seria o mais apropriado às necessidades da pessoa surda, cuja potencialidade habilita-se a um desenvolvimento pleno da linguagem, contanto que para isso, haja ‘input’ necessário. E os dados lingüísticos que lhe servirão de ‘input’ serão transmitidos principalmente através de um canal gestual-visual, a Língua de Sinais, já que sua audição está danificada. (FERREIRA-BRITO, 1993:53)

Diante das evidentes dificuldades da escola bilíngue em aproximar o surdo da escrita, o ensino desse conteúdo constitui, hoje, o maior desafio a ser enfrentado na área da educação de surdos.

Quadros considera a aquisição da língua de sinais como L1 e propõe a aquisição da escrita da língua oral-auditiva como L2. E aponta aspectos fundamentais da segunda língua por alunos surdos:

- a) o processamento cognitivo espacial especializado dos surdos;
- b) o potencial das relações visuais estabelecidas pelos surdos;
- c) a possibilidade de transferência da Língua de Sinais Brasileira para o Português;
- d) as diferenças nas modalidades das línguas no processo educacional;
- e) as diferenças dos papéis sociais e acadêmicos cumpridos por cada língua;
- f) as diferenças entre as relações que a comunidade surda estabelece com a escrita tendo em vista sua cultura;
- g) um sistema de escrita alfabética diferente do sistema de escrita das Línguas de sinais;
- h) a existência do alfabeto manual que representa uma relação visual com as letras usadas na escrita do Português. Quadros (1997b: 81)

Deve-se considerar, portanto, que a aquisição da escrita da língua portuguesa será caracterizada por uma realidade diferente para alunos surdos, para os quais o português será a L2, sem referências linguísticas auditivas, e, na maioria das vezes, o primeiro contato com a língua portuguesa ocorrerá nas práticas escolares, uma vez que se concretiza na escrita.

No ensino de língua portuguesa, o texto tem sido apontado como recurso por excelência, na visão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elaborados pelo Ministério da Educação. O texto é priorizado como instrumento importante para aquisição: de novos conhecimentos, do desenvolvimento do raciocínio, da argumentação, das experiências lúdicas, como promotoras de prazer estético, da aquisição e consolidação da escrita.

Embora os PCNs não contemplem orientações para o ensino do português como L2, pode-se perfeitamente adotar essa concepção sobre o texto numa perspectiva pedagógica. O texto tem sua importância, visto que, ele é uma ferramenta básica de comunicação entre surdos e ouvintes.

Neste sentido Lopes (apud Freire 1998) afirma que a interação e produção de um texto numa segunda língua pressupõem conhecimentos adquiridos anteriormente como: conhecimento de mundo, conhecimento sistêmico e conhecimento de organização textual.

A aquisição da escrita e a compreensão de texto em língua portuguesa requerem estratégias linguístico-cognitivas mais complexas e para o surdo a Libras fornecerá as condições necessárias para essa interação.

Metodologia

Essa pesquisa, que é parte de um projeto maior, é de cunho qualitativo e exploratório, o campo de pesquisa é uma escola de educação regular na cidade do Paulista - PE. O corpo docente compõe-se de professores efetivos, contratados, professor de AEE, interprete, instrutor de Libras, alunos surdos e ouvintes.

Para coleta dos dados foram realizadas entrevistas com quatro professores, observações em sala de aula e produções escritas dos alunos surdos. A aplicação da entrevista foi importante por gerar informações que contribuíram para a conclusão do nosso trabalho.

Informamos que toda metodologia aplicada e os segmentos implicados na realização da mesma foram autorizados com antecedência pela gestão escolar. A pesquisa ocorreu entre os meses de julho a agosto do ano letivo em curso.

Resultados e Discussão

Discutiremos as respostas das entrevistas realizadas com os professores e transcreveremos conforme seus posicionamentos a fim de garantir a legitimidade do trabalho e a opinião desses profissionais. Foram selecionadas em duas categorias: metodologia utilizada em sala de aula para garantir a aquisição da escrita pelo aluno surdo e a visão do professor quanto ao ensino da língua portuguesa como primeira ou segunda língua para o surdo.

Na primeira categoria foi analisada a metodologia utilizada com alunos surdos inclusos. Perguntamos aos professores se eles são sensíveis às especificidades que envolvem a aprendizagem do aluno surdo e se os mesmos têm conhecimento de Libras.

Professor A: “Sim, pois tudo pode contribuir para o seu desenvolvimento. E principalmente se o professor tem conhecimento em Libras”.

Professor B: “Sim, com certeza. Tanto me preocupo como tento dar o melhor. Também tenho conhecimento em Libras”.

Professor C: “Sim, no caso específico do meu aluno, pois o mesmo nunca frequentou a escola antes e no início tinha muita dificuldade de comunicação e interação com os demais alunos, já que não possuo conhecimento em Libras”.

Professor D: “Sim, mas infelizmente não tenho conhecimento em Libras”.

Diante desses depoimentos, percebe-se que todos relatam que se preocupam em contribuir para o desenvolvimento desses alunos, mas citam as dificuldades de concentração e atenção dos mesmos.

Há possibilidade de interação entre surdos e ouvintes, em um mesmo grupo de trabalho, em sala de aula?

Professor A:” Com certeza, isso acontece em nossa realidade e ele contribui tanto quanto um aluno ouvinte”.

Professor B: “com muita propriedade eles interagem muito bem nos trabalhos em grupo ou em dupla”.

Professor C: “Há possibilidade de trabalhar em grupo desde que haja interação entre os pares”.

Professor D: “Sim, já realizei trabalho em grupo”.

Todos afirmam realizar atividades em grupo, porém depende do nível de socialização e interação do aluno. Nas observações em sala de aula a vivência é um pouco diferente, quando se trata de jogos acontece interação entre os alunos, quando a atividade é pedagógica o aluno surdo não interage e se isola da maioria. Conforme Frias (2010, p-13) “cabe ao professor elaborar trabalhos que promovam a interação em grupos, ainda que com desafios, para que se possa garantir ao aluno surdo os mesmos direitos que o aluno ouvinte”.

Abordou-se também sobre recursos didáticos, ou seja, se o professor faz uso de recursos específicos para facilitar a aprendizagem do aluno surdo e quais são?

Professor A:” Sim, um jogo, uma dinâmica, figuras com letras, para facilitar o processo da aquisição da escrita”.

Professor B: “Depende dos recursos, relata que o município não disponibiliza recursos específicos”.

Professor C: “Não, só temos tinta, recorte e desenho, quadro e computador”.

Professor D: “Não, só utilizo o alfabeto em libras e números em Libras fornecido pela professora do AEE”.

Portanto, por meio das repostas nota-se que faltam material e jogos pedagógicos específicos em Libras dificultando o trabalho do professor. Embora haja a precariedade de recursos materiais e pedagógicos específicos para surdos, notou-se a falta de sensibilidade por parte dos professores para fazer adequações das atividades de sala de aula que facilitem a aprendizagem dos alunos.

A segunda categoria levantada está relacionada à visão do professor quanto ao ensino da língua portuguesa como primeira ou segunda língua para o surdo.

Professor A:” Como uma segunda língua, pois para aprender uma língua portuguesa ele necessita primeira aprender a se comunicar”.

Professor B: “Como a segunda, pois se não fosse a primeira a Libras creio que não conseguiria ter bom desempenho”.

Professor C: “Em termos gerais entendo a língua de sinais como a primeira e a língua portuguesa a segunda, porém em algumas escolas isso não acontece”.

Professor D: “A princípio era pra ser a segunda para o aluno surdo, mas é a primeira”.

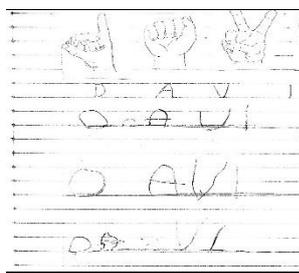
Mediante as observações em sala de aula há uma contradição entre as respostas das entrevistas e a realidade, a maioria reconhece que a língua portuguesa deve ser a segunda língua e a Libras a primeira. O que na verdade acontece é que o ensino é igual pra todos os alunos e a aquisição da escrita se processa com a mesma didática para surdos e ouvintes.

Apresentaremos algumas produções escritas em português por alunos surdos, para analisarmos a aquisição da escrita da língua portuguesa dos mesmos.

(1*)



(2*)



Em (1*) e (2*) podemos observar que os alunos só reproduzem algumas atividades, os mesmos são irmãos e ingressaram na escola pela primeira vez este ano aos 7 e 8 anos, ainda não estão alfabetizados em Libras e sua aquisição da escrita encontra-se comprometida.



(3*)

Escreva palavras relacionadas ao São João.

1. CHAPEO
2. MULHER
3. ARMA
4. PESSOA
5. _____

(4*)

Em (3*) e (4*) podemos observar que o aluno, com 12 anos, já se encontra alfabetizado em Libras e está em processo de aquisição da L2 e já consegue escrever palavras e frases.

Considerações Finais

Nossa intenção nesse trabalho foi observar alguns aspectos linguísticos que envolvem o processo de letramento do aluno surdo. Ressaltamos a importância da apropriação da L1 que é fundamental para a aquisição da escrita na língua portuguesa. É importante que a língua de sinais deve ser por excelência a língua de instrução, de base, o que coloca o processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva bilíngue.

Podemos observar que a falta de conhecimento da Libras por parte de alguns professores dificulta a educação bilíngue, porém essa dificuldade pode ser eliminada com o auxílio de um intérprete na sala de aula, motivando o aluno surdo pela facilitação do entendimento na aquisição da língua portuguesa como L2. Ao lado dos aspectos

biológicos da aquisição, destaca-se o fato de que cada indivíduo percebe e agrega elementos linguísticos a seu tempo e modo particular, e que a motivação o leva a aceitação da língua portuguesa e é fator crucial para o aprendizado da escrita.

No decorrer da pesquisa, percebemos que em relação a produção textual é preciso aceitar o desafio de uma prática que não se limite ao simples processo de alfabetização, e sim, a todo um trabalho de aquisição de linguagem. Lembrando que o tempo esperado para realização do processo de alfabetização corresponderá ao ritmo de aprendizagem de cada um.

Ao final do nosso trabalho chegamos à conclusão que na escola onde foi realizada a pesquisa, a língua portuguesa é ensinada como primeira língua para todos os alunos inclusive os surdos e não como segunda língua contrapondo as políticas públicas da educação para surdos. Como consta na Lei nº 10.436, conforme consta em seu artigo 1º, a Língua Brasileira de Sinais – Libras – passa a ser “reconhecida como meio legal de comunicação e expressão” do sujeito surdo. A regulamentação desta lei se deu em 22 de dezembro de 2005, através do Decreto nº 5.626. Mais uma vitória para as pessoas com surdez, pois este decreto regulamenta a lei acima citada, complementando-a e esclarecendo-a, promovendo, portanto, grandes avanços na educação de surdos no Brasil. Isso se confere através do Capítulo IV do Art. 14.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal 2°. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 3° Ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 2006.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em 13/09/2014.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2004. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acessado em: 13/09/2014.

FERREIRA-BRITO, L. *Integração social & educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.

FREIRE, A aquisição de português como segunda língua: uma proposta de currículo. Revista Espaço – Informação do INES. Rio de Janeiro, p- 46-52.1998.

FRIAS, E. M. A. Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do ensino regular. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portais/pde/arquivos/1462-8.pdf> acesso em 01/09/2014.

GOLFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 2ª edição – São Paulo: Plexus Editora 2002.

KARNOOP, Lodenir. B; KLEIN, Madalena. A Língua na Educação dos Surdos. Porto Alegre: Secretaria de Educação. Departamento Pedagógico. Divisão de Educação Especial, 2005. V-2.

KLEIMAN, A. Texto e leitor - Aspecto cognitivo da leitura. 2. Ed. Campinas: Pontes, 1989.

KOCH, I.G.V.2001. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo, Contexto.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos. Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SOARES. Magda. Letramento. Um Tema em Três gêneros. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

SVARTHOLM, K. Aquisição de segunda língua por surdos. Revista Espaço – Informativo do INSS. Rio de Janeiro, p-38-45. 1998.